

# PSICOLOGIA E MOVIMENTOS SOCIAIS NO BRASIL: DA LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR ÀS MANIFESTAÇÕES ATUAIS

## PSYCHOLOGY AND SOCIAL MOVEMENTS IN BRAZIL: THE FIGHT AGAINST MILITARY DICTATORSHIP TO CURRENT EVENTS

<sup>1</sup>OLIVEIRA, P.; <sup>2</sup>CAMARGO, J.; <sup>3</sup>FERRAZZA, D.A.

### RESUMO

O presente trabalho teve o objetivo de analisar e descrever, por meio de um levantamento bibliográfico, a atuação e posicionamento dos profissionais de psicologia em relação às mobilizações sociais tanto nos períodos de repressão da ditadura militar como nas recentes manifestações que acompanharam o movimento do "Passe Livre". Conclui-se que ainda que existam possibilidades de participação da psicologia nos espaços de enfrentamento, denúncia contra a violação de direitos humanos e de debates para concretização de direitos e conquista da cidadania, como nas manifestações atuais, também existe a dificuldade de ocupação desses espaços por muitos profissionais que marcados pela tendência corporativa estariam acomodados em seu próprio status profissional apenas exercendo enfrentamentos para zelar pela estabilidade e consolidação da imagem social da profissão.

**Palavras-chave:** Movimentos Sociais. Psicologia. Direitos Humanos.

### ABSTRACT

This work aimed to analyze and describe, through a lift into literature, the role and positioning of psychology professionals in relation to social movements both during periods of repression of the military dictatorship as in the recent demonstrations that accompanied the movement of "Free Pass". We conclude that although there are opportunities to participate in psychology spaces coping, complaint against the violation of human rights and debates for materialization of rights and citizenship conquest, as in current manifestations, and also the exists difficulty filling those spaces marked by many professionals for corporate trend would be accommodated in their own professional status only-in confrontation exercising to ensure the stability and consolidation of the social image of profession.

**Keywords:** Social Movements. Psychology. Human Rights.

### INTRODUÇÃO

“Para se ter histórias é preciso ter feito histórias”. É assim que inúmeros países no mundo trazem em seu histórico marcas de reivindicações, de luta e de conquistas daquilo que se almeja e se deseja enquanto direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

No Brasil, o ano de 1964 foi marcado por um dos momentos mais tristes da história do país. Era o golpe militar que se instalava e um período crítico que se

---

<sup>1</sup> Graduanda do curso de Psicologia - Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

<sup>2</sup> Graduanda do curso de Psicologia - Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

<sup>3</sup> Doutora em Psicologia e docente do curso de Graduação em Psicologia - Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

estabelecia nos anos subsequentes de governo ditatorial. O período de governo militar foi a marca dos tempos de total supressão dos direitos constitucionais, de práticas de censura, de perseguições políticas, de repressão, tortura e morte daqueles que se rebelavam contra o governo ou tentavam se organizar com o intuito de reivindicar melhores condições de vida da população brasileira.

O indelével registro da ditadura militar no país, que se estenderia de 1964 a 1985, marcaria uma geração de pessoas que apreenderiam e vivenciariam também processos de politização e mobilização social com a organização de movimentos sociais marcados pela característica da luta por direitos, pela reivindicação da re-democratização do país e pela participação na construção de políticas públicas atentas às demandas da população pobre.

Quando se acreditava na passividade da população brasileira em relação às manifestações e mobilizações sociais, junho de 2013 trouxe novas perspectivas com a ocupação das ruas e organização de manifestações pelos brasileiros dos mais diversos cantos do país e com as mais diversas e divergentes reivindicações. O estopim das recentes manifestações, ao contrário do período ditatorial que foi marcada pela violência de militares no poder, foi caracterizado pelas reivindicações contrárias ao aumento das passagens de ônibus das grandes cidades brasileiras, São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre. Conhecido como o movimento dos “Vinte Centavos” carregaria milhares de pessoas que se juntariam aos manifestantes do “Passe Livre” e, com outras diversas reivindicações contrárias à corrupção, à violência, ao “Ato Médico”, à homofobia e surpreenderia a mídia e a governantes acostumados a inércia política do brasileiro.

Nessa perspectiva, este trabalho apresenta, por meio de um estudo bibliográfico da literatura especializada e de reportagens jornalísticas atuais, o objetivo de analisar e descrever a atuação e posicionamento dos profissionais de psicologia em relação às mobilizações sociais tanto nos períodos de repressão da ditadura militar (1964-1985) como no recente momento de manifestações que acompanharam o movimento do “Passe Livre”.

Para a construção dessas reflexões, primeiramente, o trabalho apresenta alguns elementos para a compreensão do período ditatorial no Brasil e destaca os momentos críticos de repressão e violação de direitos humanos. Em um segundo momento, o estudo aborda brevemente a trajetória de constituição histórica da psicologia com o intuito de compreender seus interesses de vincular-se, a princípio,

ao regime militar e, posteriormente, de constituir práticas e intervenções que visavam principalmente à comunidade e à população pobre. No terceiro momento do trabalho, a partir de pesquisas em jornais e revistas de grande circulação nacional, apresentam-se apontamentos sobre as atuais mobilizações sociais que aconteceram no mês de junho de 2013 e ganharam notoriedade inclusive na mídia internacional. E, finalmente, o trabalho aborda o posicionamento dos profissionais “psi” em relação às mais recentes manifestações populares no Brasil.

### **Da ditadura militar à conquista de direitos sociais, políticos e civis**

*Passagem desbotada na memória  
Das nossas novas gerações  
Dormia a nossa pátria mãe tão distraída  
Sem perceber que era subtraída  
Em tenebrosas transações.*

Vai passar,  
Chico Buarque e Francis Hime

O golpe militar de 64, que dominou a cena brasileira por cerca de 25 anos (1964-1989), configurou uma forma de Estado centralizado e opressor. A vitória militar que derrubou o presidente João Goulart, golpeou o projeto político nacional-estatista compreendido por várias reformas sociais e econômicas que o líder trabalhista encarnava e encerrou a experiência republicana iniciada com o fim do Estado Novo.

O regime ditatorial militar brasileiro, fortemente influenciado pelo governo dos Estados Unidos da América, cumpriria a mesma fatídica trajetória de outros países latino-americanos que silenciara as vozes da revolução por direitos e por melhores condições de vida das classes populares e impunha brutalmente a força das doutrinas totalitárias e contrárias à diversidade, tão característica das concepções da “Doutrina de Segurança Nacional”, organizada por norte-americanos no período da Guerra Fria. Conforme Viola e Pires (2012), “os EUA tinham grande interesse em manter o Brasil sobre tutela, desde o nível econômico até o político, pois entendiam o potencial que ele representava no contexto da América do Sul e pesavam as perdas que poderiam advir de um governo democrático”. Com as propostas ameaçadoras de reformas de base do governo de Jango viriam também os cancelamentos de contratos com empresas internacionais, em sua maioria, de origens estadunidenses. Dessa forma, a ameaça da desvinculação econômica com

os EUA, culminou no apoio das classes conservadoras e militares brasileiras que viam o projeto reformista de Jango como revolucionário e muito próximo ao comunismo cubano.

Antes de se efetivar o golpe militar, foram criadas “condições propícias” ao golpe com o intuito de incentivar os opositores ao governo de Goulart. Foram criadas entidades como o IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais) e IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) que produziam materiais contra o governo e financiavam opositores políticos, além de terem como principal objetivo a derrubada do governo reformista e a ascensão dos conservadores industriais e militares.

Na ofensiva pelas reformas de base, Jango resolveu liderar um conjunto de grandes comícios para aumentar a pressão pelas reformas. O primeiro – e único comício foi realizado em 13 de março de 1964, onde se reuniram todas as esquerdas, mais de 150 mil pessoas, na defesa exaltada pelas reformas. (CARVALHO, 2005).

A reação veio imediata. No dia 19 do mesmo mês, em São Paulo, um comício promovido por organizações religiosas e financiado por executivos e industriais, centrado na retórica do “perigo comunista”, desenrolou-se uma primeira “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”. As direitas unidas, alarmadas, aparentando decisão, também foram às ruas, cerca de 500 mil pessoas.

As Forças Armadas tiveram então o alvará de intervenção, com discursos de “salvar” o país do comunismo e manter a “ordem e o progresso” da nação. “Em 31 de março tropas partiram de Minas Gerais com destino ao Rio de Janeiro, onde estava o presidente. No Rio, Goulart não aceitou o golpe e foi pra Brasília tentar articular a resistência.” (MELANI, 2006, p. 199).

Entretanto, os militares já eram donos da situação, tomaram o poder e instituíram o regime autoritário que previa as seguintes estratégias políticas:

(a) controle e repressão dos movimentos sociais e das organizações classistas e políticas populares e nacionalistas; (b) rearticulação política dos setores dominantes sob hegemonia do capital internacional com o apoio do estado militarizado e disposto a não só suprir as constituições nacionais e alterar a legislação, mas também exercer todo e qualquer ato de imposição de sua vontade. (VIOLA; PIRES, 2012, p.97).

No dia 9 de abril instituiu-se o primeiro Ato Institucional (AI-1) seguido, posteriormente, pelo segundo (AI-2) e terceiro (AI-3) atos que tinham como proposta principal retirar qualquer possibilidade de poder político do povo modificar o gover-

no e de se manifestar. O quarto Ato Institucional (AI-4) que tinha por finalidade reabrir o Congresso Nacional foi totalmente suprimido pelo quinto Ato (AI-5) que não apenas fechou o Congresso, mas trouxe consigo forte repressão, censura da imprensa e extinção do habeas corpus que, dramaticamente trouxe as mais terríveis consequências de violação dos direitos humanos.

O decreto do Ato Institucional nº5 introduziu regras de regime de exceção ao país que, conseqüentemente, culminou na prisão e cassação dos direitos políticos de inúmeros brasileiros. Os “Anos de Chumbo” foram fortemente marcados pela larga utilização da repressão, coerção e tortura que culminou em prisões e mortes de inúmeras pessoas apenas com o objetivo de preservar o poder militar. (COIMBRA; NASCIMENTO, 2012).

A condição precária da população brasileira se degradava ainda mais com o decorrer dos anos de regime militar. E, exatamente, naquela conjuntura sócio-política-econômica que movimentos sociais se organizaram na tentativa de conquistar espaços e direitos.

Com o início da abertura política no governo do general Ernesto Geisel em 1974 e principalmente com a revogação do AI-5 em 1978, movimentos sociais em três grandes frentes “entraram em cena” (SADER, 1988) e começaram a se fortalecer na luta contra a ditadura militar: o movimento das comunidades eclesiais de Base da Igreja Católica (CEBs), o movimento estudantil com suas organizações partidárias clandestinas e os movimentos grevistas dos operários do ABC. (MONTEIRO et al., 2006).

A sociedade, mesmo com toda a censura e repressão, juntou-se e tornou-se forte. Organizaram-se os mais diversos tipos de pessoas de todas as classes sociais, em prol de um bem comum: a redemocratização do país.

A União Nacional dos Estudantes (UNE), que já sofria com imposições políticas antes mesmo do início da ditadura, intensifica suas lutas por reivindicações e transformações sociais. Mesmo no período da ditadura, o movimento estudantil ainda que atuando clandestinamente e sob forte repressão e inúmeras torturas de seu integrantes conquistaria espaço para o fortalecimento de suas reivindicações que conquistaram lugar junto a outros movimentos sociais. (MACHADO; SCARPARO, 2008).

Os militares que estavam no poder tiveram seu governo desestabilizado, quebrado pela desordem da hierarquia que era indispensável para manter a ordem da nação.

Na década de 80, o campo político foi marcado pelo processo de redemocratização que teve início, principalmente, com a anistia e a reforma partidária em 1979. O povo impaciente, inicia as manifestações em exigência as “Diretas Já”, pois militares adiavam as eleições, prometendo-as para um futuro distante. As “Diretas Já”, mesmo com o apoio popular, foi derrotada no Congresso por não conseguir atingir dois terços dos votos necessários. Tancredo Neves foi escolhido para concorrer indiretamente à Presidência, representando a oposição. Com a internação de Tancredo na véspera da posse e sua posterior morte, é efetivado no cargo, o vice José Sarney (1985-1989).

O novo cenário político levou a criação da Constituição de 1988 que pode ser considerada como a grande expressão da luta política que envolveu diversos atores, desde partidos políticos e sindicatos até movimentos sociais, que se colocaram na arena política com o intuito de defender os interesses dos cidadãos brasileiros. Apagaram-se os rastros da ditadura militar e estabeleceram-se princípios democráticos no país.

### **O posicionamento e a atuação da psicologia durante a ditadura militar**

A Psicologia no Brasil foi regulamentada no ano de 1962, pouco antes do golpe militar, em um período no qual as Forças Armadas se articulavam para promover o tão fatídico e inesquecível golpe.

A psicologia emergiu associada às classes burguesas da sociedade brasileira que buscava contribuir com estudos sobre as intervenções de caráter higienista, moralizante e normatizante focadas principalmente na população pobre.

Com o golpe militar “a nova profissão não buscava apenas legitimidade social, mas mostrar para as classes dominantes atuantes no Brasil que a psicologia não era uma ameaça à ordem social”. (LACERDA JR, 2013, p. 220). Na época, estudos na área “psi” eram produzidos sobre o indivíduo considerado inadequado, anormal, com comportamentos que dissonassem daqueles apregoados pelo movimento higienista brasileiro, sem qualquer reflexão e crítica sobre as condições so-

ciais, políticas e econômicas extremamente injustas vividas pelas classes populares no país.

Na psicologia aquele foi um período caracterizado também pela ênfase de teorias individualistas que contribuíram para tendências culturais da hegemonia burguesa e criavam uma psicologia privada, individual e elitista.

O golpe militar de 64 definiria novas formas de desenvolvimento econômico, em que haveria uma valorização tanto de profissões de níveis superiores quanto de profissionais liberais. Exatamente a via que a classe média pretendia para ascender socialmente: profissionalizar-se via curso superior e tornar-se um profissional liberal devido a valorização do setor privado. Aquele foi um período, conforme Gonçalves (2010), em que os campos de trabalho nas áreas sociais estavam reduzidos e o desenvolvimento de políticas sociais apresentava um caráter assistencialista e tecnocrático, de forma que era considerada desnecessária a atuação de profissionais na área.

A maior parte da Psicologia, a partir da regulamentação da profissão fica orientada para o trabalho clínico, no modelo do consultório particular e uma parcela menor estará nas empresas ou nas escolas, mas, nesses casos, durante bom tempo seguindo a tradição de prática anterior que já nos referimos: a prática da psicometria (...) ou de alguma forma de descrição e classificação que pudesse contribuir para a organização, quer da escola, quer do trabalho. (GONÇALVES, 2010, p. 89).

Entretanto, na década de 70, enquanto parcela de psicólogos se acomodavam nesses espaços de conforto de atendimento às elites em seus consultórios particulares, outra parcela de profissionais, juntamente com outros intelectuais, começava a se incomodar e discutir sobre a situação de opressão e violência que vivia o país naquele período ditatorial.

(...) durante a ditadura militar, houve um complexo processo de reorganização de setores da sociedade civil em sua luta contra o capital e/ou o regime militar. Este processo também chegou na psicologia, criando cisões, crises e transformações. Surgiram novas abordagens teóricas e práticas na psicologia brasileira. (LACERDA JR, 2013, p. 225-226)

Conforme Camino (2000), aquele seria um período em que alguns psicólogos, não apenas no Brasil mas também na América Latina, começariam a apontar para a necessidade de se construir uma psicologia em consonância com os problemas sociais.

No Brasil, o crescimento de posicionamentos críticos em relação a situação vivida na época levaria ao desenvolvimento da psicologia comunitária, em que profissionais vinculados aos movimentos contrários ao regime ditatorial, preocupados

com a construção de novas práticas que negavam o paradigma hegemônico e críticos às instituições sociais conservadoras iniciariam uma nova relação com as populações que demandavam algum tipo de auxílio e de emancipação. (GONÇALVES, 2010; CAMINO, 2000).

### **Sobre as manifestações atuais e o movimento dos “Vinte centavos”**

No dia 27 de Maio de 2013 foi decretado, nas cidades de São Paulo e do Rio de Janeiro, um aumento de R\$ 0,20 nas tarifas de ônibus urbanos. O aumento das passagens de ônibus urbanos naquelas capitais levou a população a conhecer o movimento do “Passe Livre”, caracterizado pela organização de coletivos autônomos e apartidários, que lutam pelo passe livre estudantil e pela atual transformação da concepção de transporte coletivo com apresentação de propostas de um transporte público, gratuito e de qualidade sob controle público e não mais de corporações privadas.

Os manifestantes contrários ao aumento das passagens de transporte público ganharam as ruas, tomaram praças, ocuparam os espaços públicos e nas grandes avenidas de São Paulo e Rio de Janeiro pararam o trânsito. A princípio, a mídia perplexa com a multidão tomando as ruas e o transtorno provocado pelas manifestações nos horários de *rush* se incomodou, chiou e tentou convencer seus telespectadores sobre a incomodativa presença da população considerada naquele momento como desocupada e negligente. Os governos estaduais reagiram com tropas de choque, balas de borracha e bombas de gás lacrimogênio com o intuito de impedir que a população tomasse as ruas e as manifestações acontecessem. A repressão e violência policial não se distanciariam em nenhum momento das ações daquele triste período ditatorial. E da mesma forma que nos “Anos de Chumbo”, os governantes pretendiam, sob o discurso de resguardar a ordem e disciplina das cidades, afastar qualquer possibilidade de organização e mobilização contrária as suas decisões autoritárias.

O movimento não recuou, ganhou adeptos dos mais diferentes pontos da cidade, das mais distintas categorias e das mais diversas classes sociais. A população, a princípio, em conjunto ao movimento do “Passe Livre” se revoltou contra o aumento do valor das passagens de ônibus e da ineficiência do sistema de transporte público. Mas as reivindicações cresceram conforme se ganhava novos adeptos. Novas lutas e exigências de transformações surgiram. As demandas e ativida-



des políticas do brasileiro, considerado apático e passivo, foram reacesas e as manifestações tomaram dimensões gigantescas. O que antes eram manifestações locais, organizadas por um movimento pouco conhecido nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, se estenderam por todo o país, ganharam adeptos de outros estados e cidades e conquistaram notoriedade até mesmo internacionalmente.

O povo se organizava pelas redes sociais, saía às ruas e tomava os espaços públicos, agora, não reivindicavam apenas a melhoria dos transportes públicos mas traziam reivindicações com demandas pela melhoria nos sistemas de saúde, educação, assistência social. Traziam faixas e cartazes com palavras de ordem contra a corrupção no país e ainda portavam em suas bolsas e mochilas um litro de vinagre para defesa contra as bombas de gás lacrimogênio. Se antes as manifestações eram compostas por uma pequena parcela da população adepta ao movimento do “Passe Livre”, agora, a mobilização era composta pelos mais diversos tipos, estudantes, desempregados, operários, intelectuais, famílias de diferentes raças e etnias, homens e mulheres que traziam diferentes e divergentes bandeiras, algumas inclusive contraditórias, mas que davam forma ao corpo do coletivo politizado. Os protestos embora não apresentassem um único objetivo ou uma única pauta de reivindicações estavam essencialmente fundamentados nas mais diversas insatisfações vividas pela vida precária de muitos brasileiros.

Apesar da característica pacífica da maioria dos movimentos, inúmeras pessoas foram atingidas por balas de borracha. Repórteres de jornais e da mídia televisiva foram atingidos no rosto por disparos de balas de borracha da Tropa de Choque da Polícia Militar enquanto trabalhavam. Ações divulgadas na imprensa e que culminaram em um novo posicionamento da mídia conservadora brasileira que deixou de lado seus argumentos contrários as manifestações e a favor das intervenções policiais armadas e passou a denunciar a agressão e violência cometida pela polícia ordenada pelos governantes temerosos. Após a divulgação das ações exageradas da polícia, aumentaria a pressão contra o governo que tentaria estipular, então, intervenções mais pacíficas por parte da polícia.

Inúmeras manifestações aconteceram em todo o país, algumas ainda continuam acesas e têm provocado muito alvoroço e discussões sobre a violência e coerção policial, sobre o posicionamento de manifestantes pacíficos contrários aqueles tempestuosos, sobre o tumulto e quebra-quebra promovido por pessoas em

meio das manifestações, além de assuntos sobre a manipulação da mídia em relação às verdadeiras notícias e à contínua passividade de nossos governantes.

### **A Psicologia atual e suas relações com a luta por Direitos Humanos**

Podemos observar que a mudança do foco de atuação dos profissionais com o fim da ditadura militar saiu da visão individualizada/privada para a construção de posicionamentos atentos ao coletivo/social. Processo de transformação das práticas profissionais do psicólogo que foram de suma importância para a ascensão e reconhecimento da profissão no país. Com a introdução da psicologia na comunidade e no âmbito das políticas públicas inicia-se um processo de conquista pela diminuição das desigualdades sociais e pela mudança do “olhar” em relação ao sujeito, podendo-o compreendê-lo como sujeito inserido em um contexto social, político, cultural e econômico.

Com essa nova visão em relação ao sujeito, a psicologia iria atuar diretamente em questões relacionadas aos Direitos Humanos, com objetivos de assegurar também a integridade psíquica e emocional daqueles sujeitos. (MAYER; LION, 2010).

Na atualidade, a psicologia tem ocupado diversos espaços de discussões em torno dos direitos de crianças e adolescentes, de idosos, na luta pela igualdade de gêneros, contra a homofobia, na defesa pela ampliação da Reforma Psiquiátrica, na implementação e defesa do Sistema Único de Saúde, na defesa do Sistema Único de Assistência Social, no debate sobre o sistema prisional e na polêmica relacionada às medidas socioeducativas. Atualmente, há uma preocupação de diversos segmentos sociais em relação a defesa dos Direitos Humanos, e a psicologia em muitos momentos se insere nesses espaços, nos quais o profissional pode desenvolver o papel de denúncia e luta pela transformação das situações que acarretam a violação de Direitos Humanos.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O período ditatorial marcado pela violação de Direitos Humanos, caracterizado pela utilização de vários métodos de tortura contra opositores políticos e a população que se manifestava contrária ao regime, seria um dos momentos tristes de nossa história recente. Para que a história de vida daqueles que morreram e foram torturados não fosse esquecida e fosse denunciada, criou-se no ano de

1985, como fim da ditadura militar, o Grupo Tortura Nunca Mais, constituído por ex-presos políticos que vivenciaram situações de tortura e por familiares de mortos e desaparecidos políticos. (GRUPO TORTURA NUNCA MAIS, 2013). Com o objetivo de denunciar a história da ditadura militar do país, o grupo busca pela verdade sobre as mortes e os desaparecimentos dos presos políticos, além de tentar identificar os principais agressores e carrascos. Os dados nos mostram a alarmante situação: “no Brasil, em 21 anos de regime militar, houve 300 mortos e/ou desaparecidos, 25 mil presos políticos e 10 mil exilados.”(OLIVIERI, 2006).

A Psicologia tem uma importante implicação na tentativa de denunciar as verdadeiras atrocidades cometidas nos porões do regime militar e tem participado ativamente de programas e projetos - como a “Comissão da Verdade” - que visam reviver e identificar o que realmente aconteceu com muitas pessoas naquele período, além da função de acolher os que sofreram e ainda sofrem pelas práticas de tortura.

A atualidade, distante daquelas práticas ditatoriais, não estaria totalmente isenta de ações autoritárias revestidas por roupagens democráticas que, recentemente, assaltadas por um novo movimento assombrariam governantes e a burguesia conservadora. As novas manifestações, ainda que apresentassem diversas reivindicações, trouxeram a possibilidade, conforme Pelbart (2013), de construção de outra subjetividade política e coletiva. Em uma análise sobre as atuais manifestações, Peter Pelbart traça as seguintes considerações:

Como se a vivência de milhões de pessoas ocupando as ruas, afetadas no corpo a corpo por outros milhões, atravessados todos pela energia multitudinária, enfrentando embates concretos com a truculência policial e militar, inventando uma nova coreografia, recusando os carros de som, os líderes, mas ao mesmo tempo acuando o Congresso, colocando de joelhos as prefeituras, embaralhando o roteiro dos partidos --como se tudo isso não fosse "concreto" e não pudesse incitar processos inauditos, instituintes! (PELBART, 2013).

A possibilidade de constituição de novas subjetividades coletivas e politizadas que pudesse romper com processos naturalizados, proporcionaria novas reflexões para uma psicologia que pouco se posicionou diante das manifestações e reivindicações atuais. É verdade que alguns dos aspectos que apareceram nas reivindicações e que atingiam diretamente a classe de profissionais “psi” não deixaram de ser lembrados. A luta contrária ao Ato Médico e ao projeto de “cura gay” foram alvos de discussões e manifestações de profissionais da área em diversas manifestações. Entretanto, inegável reconhecer a necessidade do posicionamento

da categoria de psicólogos diante dos protestos, na tentativa de refletir e analisar sobre a constituição de um novo coletivo que ocupou as ruas e que por alguns momentos pertenceu a massa e aos espaços públicos em reivindicações por melhores condições de vida e na busca por direitos.

Pode-se concluir que, ao mesmo tempo em que se abrem espaços de enfrentamento, ainda permanecem presentes os espaços tradicionais para o exercício de uma psicologia individualista, “embebida da ideologia dominante e conservadora das relações sociais”. (DIMENSTEIN, 2000, p. 104).

Um dos grandes problemas apontados por Magda Dimenstein (2000) está relacionado à formação do profissional em psicologia que ainda enfrenta nas Universidades um currículo que reproduz o modelo hegemônico de atuação profissional: “o modelo clínico liberal privatista, o modelo da psicoterapia individual de inspiração psicanalítica.” (p. 104). Nessa perspectiva, ainda que existam possibilidades de participação da psicologia nos espaços de enfrentamento, denúncia contra a violação de direitos humanos e de debates para concretização de direitos e conquista da cidadania, como as manifestações atuais, também existe a dificuldade de ocupação desses espaços por muitos profissionais que marcados pela tendência corporativa estariam acomodados em seu próprio status profissional apenas exercendo enfrentamentos para zelar pela estabilidade e consolidação da imagem social da profissão.

## REFERÊNCIAS

CAMINO, L. **Psicologia e Direitos Humanos: subjetividade e exclusão**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

COIMBRA, C; NASCIMENTO, M.L. **Movimentos sociais e sociedade de controle**. In: TEDESCO, S.; NASCIMENTOS, M.L. *Ética e subjetividade: novos impasses no contemporâneo*. Sulina, 2012.

DIMENSTEIN, M. A cultura profissional do psicólogo e o ideário individualista: implicações para a prática no campo da assistência pública à saúde. **Estudos de Psicologia Cultura Profissional do Psicólogo**, n. 5, v. 1, p. 95-121, 2000.

GONÇALVES, M.G. **Psicologia, subjetividade e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 2010.

GRUPO TORTURA NUNCA MAIS. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.torturanuncamais-rj.org.br/Conteudos.asp?REfresh=2009120604212629581429&Pagina=QuemSomos&Titulo=Quem%20Somos>. Acesso em: 11 de Jul. de 2013.

LACERDA JR, F. Capitalismo dependente e a psicologia no Brasil: das alternativas à psicologia crítica. **Revista Teoria y crítica de la psicologia** (online). v. 3, p. 216-263, 2013.

MACHADO, P. F.; SCARPARO, H. B. K. **Golpe militar: A psicologia e o movimento estudantil do Rio Grande do Sul**. In: X Salão de Iniciação Científica, PU-CRS, 2008, p. 1919- 1923.

MARTÍN, A. G. As sequelas psicológicas da tortura. **Psicologia e Profissão**, v. 25, n. 3, p. 434-449, 2005,

MAYER, B. S.; LION, V. **O tecido e o tear: a psicologia e sua interface com os direitos humanos**. In: POMPEU, F. Cartilha CFP- SP. São Paulo: IBEAC, 2010.

OLIVIERI, A. C. Presos políticos: golpe e repressão no Brasil, na Argentina e no Chile. **Pedagogia & Comunicação**, 17 ago, 2006.

PELBART, P. P. "Anota aí: eu sou ninguém". **Jornal Folha de São Paulo**, 19 de jun., 2013.

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências falas e lutas dos trabalhadores na Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

VIOLA S. E. , PIRES, T. V. A memória de um período e a verdade da história. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, p.93-102, 2012.